

ATUAÇÃO DO MPDFT É RECONHECIDA NO SENADO

A aprovação da Lei nº 10.293, sancionada em 28 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação de 178 cargos de Membros do MPDFT, levou a uma aproximação maior entre esta Instituição, lideranças e dirigentes do Senado Federal. A tramitação da matéria motivou o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, a discorrer para os parlamentares sobre a atuação do MPDFT e sua proposta de aproximá-lo cada vez mais do cidadão brasileiro. O Ministério Público tem recebido inúmeras manifestações de reconhecimento e admiração a esse trabalho, por parte de Deputados e Senadores.



Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet

O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, esteve em visita ao Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet. Além de apresentar cumprimentos pela posse do Senador na Presidência da Câmara Alta, Eduardo Albuquerque teceu considerações sobre o trabalho que o MPDFT vem desenvolvendo. Ramez Tebet, ex-Promotor de Justiça em seu Estado - Mato Grosso do Sul, demonstrou entusiasmo com a explanação, reafirmando sua admiração e respeito pelo trabalho do Ministério Público.



Senador Romero Jucá (PSDB/RR)

“Foi com muita satisfação que exerci a relatoria do PLC nº 56/01, de interesse do MPDFT. Tanto na Comissão de Justiça, quanto no Plenário do Senado Federal, ao proferir meu voto favorável, tive a oportunidade de expressar todo o meu apreço e respeito pelo MPDFT. Destaco a atuação do atual Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, que realiza um trabalho vibrante e dinâmico na condução dessa importante Instituição.”

“A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a qual tenho a honra de presidir, ao aprovar, em setembro último, o projeto de criação de cargos para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, recentemente sancionado pelo Presidente da República, o fez de maneira célere e pelo voto unânime dos seus integrantes, em reconhecimento à importância do trabalho que realiza essa Instituição em benefício da população do Distrito Federal.”



Senador Bernardo Cabral (PFL/AM) - Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal

PROURB

Audiência Pública pelo ordenamento da utilização do espaço livre do DF

3

HOMENAGEM

Colar do Mérito do MPDFT

4 e 5

SEDE-PRÓPRIA

Construção da Sede da Promotoria da Infância e Juventude em ritmo acelerado

8

GALERIA DOS PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA RECEBE MARLUCE LIMA

A Procuradora de Justiça Marluce Aparecida Barbosa Lima chegou ao MPDFT no período de 1992 a 1996. Foi durante sua gestão que o Ministério Público se preparou para receber, da Constituição de 1988, as suas atribuições. Coube à então Procuradora-Geral de Justiça o desafio de estruturar a Instituição para que se adaptasse às novas competências. Durante sua gestão, foi também iniciada a obra do Edifício-Sede do MPDFT.

No dia 11 de outubro, em solenidade de aposição de sua fotografia na Galeria dos Procuradores-Gerais do MPDFT, Marluce Lima recebeu homenagem da Instituição em agradecimento à sua dedicação, que tanto contribuiu para a consolidação institucional do MPDFT.

Na oportunidade, Marluce Lima falou para Membros e Servidores:

"Caros amigos aqui presentes. Hoje não abordaremos teses jurídicas ou novas perspectivas do Ministério Público. Esses temas têm sido objeto de estudos pelos colegas, com novas idéias numa constante renovação. Na oportunidade, se disséssemos



O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, auxilia a Procuradora de Justiça, Marluce Lima, no descerramento da fotografia, na Galeria dos Procuradores-Gerais do MPDFT

apenas quatro palavras, já teríamos dado nossa mensagem com excelentes temas para reflexão. São as seguintes: GRATIDÃO, AMOR, AMIZADE e PAZ.

GRATIDÃO, com o nosso reconhecimento a todos aqueles que nos ajudaram, apoiaram e nunca faltaram nas horas mais difíceis.

AMOR, pela entrega a um ideal de trabalho, no sentido de colaborar para que o MP se tornasse uma realidade na Capital

Federal. Hoje, o temos reconhecido por toda a comunidade.

AMIZADE, como forma de compartilhar. A participação dos colegas sempre foi essencial, nas horas de trabalho, nas alegrias ou nas apreensões.

Finalmente, a palavra PAZ. Como colegas, devemos estar de mãos dadas, ainda que haja divergências de idéias. Nos momentos de tristeza ou de grandes alegrias, os olhos dos homens se voltam para os amigos. Quando nosso coração se recobre de gratidão ou de outro sentimento doce e sagrado, a palavra que se pronuncia é AMIGO.

Para concluir, temos a dizer que a vida é construída de grandes sonhos, mas esses somente se concretizam no amor, na amizade e na paz. Muito obrigada."



Marluce Aparecida Barbosa Lima

PROMOTOR DO MPDFT É HOMENAGEADO PELO MP DO AMAPÁ

O Promotor de Justiça Romualdo Covre recebeu a comenda de Honra ao Mérito do Ministério Público do Amapá, durante as comemorações do 10º aniversário do Ministério Público daquele Estado, ocorridas em Macapá, nos dias 31/10 e 1º/11.

Romualdo Covre foi o primeiro Procurador-Geral de Justiça do Amapá, quando coordenou e realizou o concurso inicial para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público estadual. Esteve presente, prestigiando a homenagem, o Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Eduardo Albuquerque.

Da esquerda para a direita: os Promotores de Justiça José Maria Tavares; Romualdo Covre; Eraldo Afonso Zampa; o Corregedor-Geral do MPEA, Márcio Augusto Alves; o Procurador-Geral, Jair José de Gouvêa Quintas, e o Promotor

de Justiça José Cavalcante Carão. No detalhe, Romualdo Covre durante seu discurso de agradecimento



Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é uma publicação mensal editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 - Edifício Sede - Brasília - DF - CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 - <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Vice-Procuradora-Geral de Justiça: Nidia Corrêa Lima
Corregedor-Geral: Amarílio Tadeu Freesz de Almeida
Chefe de Gabinete: Andrelino Bento Santos Filho
Diretor-Geral: José Eduardo Sabo Paes

Redação, Diagramação e Fotografia:
 Assessoria de Comunicação Social
Revisão: Filemon Félix
Tiragem: 1500 exemplares
Impressão: Gráfica Continental

MP ATENTO À UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO DF

Moradores de Brasília vieram ao MP para expressar sua opinião sobre como o espaço aberto da cidade está sendo utilizado. Denúncias e propostas foram apresentadas pela sociedade civil organizada durante Audiência Pública realizada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística - Prourb, em 29 de outubro de 2001. "As propostas foram relatadas em uma minuta que será enviada às autoridades diretamente ligadas à questão urbanística de Brasília, como relatores de Projetos de Lei e Secretarias de Urbanismo" definiu o Promotor de Justiça Libânio Alves Rodrigues, ao fazer um balanço da Audiência.

Uma das preocupações levantadas por representantes da comunidade são as decisões tomadas pelas administrações regionais que, segundo os cidadãos, estariam privilegiando os interesses comerciais, em

detrimento aos sociais, em suas autorizações para veiculação de publicidade. "A Prourb irá enviar ofício aos administradores questionando esse problema. Por fim, a Promotoria irá manter um trabalho de conscientização da população de Brasília", afirmou a Promotora da Prourb, Ana Luiza Lobo Leão Osório.

O objetivo da Audiência Pública foi o de proporcionar debate entre os diferentes segmentos da sociedade, representantes do governo local e parlamentares, sobre a veiculação de publicidade e propagandas ao ar livre no DF. Foram discutidas a Lei n.º 1918/98, que dispõe sobre o uso de engenhos publicitários para veiculação de propaganda, além dos Projetos de Lei n.ºs. 1804/01 e 1805/01, relativos aos Planos Diretores de Publicidade – Conjunto Urbano Tombado de Brasília – encaminhados pelo Executivo e em tramitação na Câmara Legislativa.



Além dos Promotores Libânio Rodrigues, Ana Luiza Osório e Anna Maria Amarante Brâncio, participaram do debate a Subsecretária de Urbanismo e Preservação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), Eliana Klarmann, a Deputada Federal (PSDB/DF) Maria Abadia, o Deputado Distrital Wasny de Roure, a Assessora Legislativa Zita de Moura Leal, representando o Deputado Paulo Tadeu e assessor da Deputada Anilcéia Machado.



Da esquerda para a direita: Subsecretária de Urbanismo e Preservação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), Eliana Klarmann; Deputada Federal Maria Abadia; Promotor de Justiça Libânio Rodrigues; Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque; as Promotoras de Justiça Ana Luiza Osório e Anna Maria Brâncio e o Deputado Distrital Wasny de Roure

BRASÍLIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Atento à defesa e fiscalização do patrimônio de Brasília, o MPDFT participou do Seminário "Brasília: Passado, Presente e Futuro", organizado pelo Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelos órgãos responsáveis pela administração do Distrito Federal e gestão do patrimônio. O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, integrou a mesa-redonda sobre o tema "Gestão e Participação I", onde foram apresentadas propostas, preocupações e ações de várias instituições do poder público na preservação da cidade. O objetivo do seminário foi estimular o debate crítico entre os diversos setores da administração pública e demais agentes sociais sobre a preservação de Brasília.



Da esquerda para a direita: Diretor do DEPHA/DF, Jarbas Marques; Consultora do Iphan, Maria Cecília Fonseca; Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura, Otávio Elísio Alves de Brito; Consultora em Preservação Arquitetônica e Urbanística, Vera Bosi de Almeida; Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Eduardo Albuquerque, e Deputado Distrital Rodrigo Rollemberg

COLAR DO MÉRITO DO MPDFT - A JUSTA HOMENAGEM

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios concedeu com o Colar do Mérito do MPDFT, em outubro, personalidades públicas nacionais, Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça aposentados que, por seus méritos e relevantes serviços prestados, mereceram especial distinção. Entre os homenageados estão o Vice-Presidente da República, Marco Maciel; o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Desembargador Edmundo Minervino Dias; o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto; o Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Mário da Silva Velloso; o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral José Neri da Silveira; o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Roberto Costa Leite; a Procuradora-Geral da Justiça Militar, Adriana Lorandi Ferreira Carneiro; os Procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb; o Deputado Federal José Genoíno; o Jornalista Carlos Chagas, e a Assessora das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPDFT, Margarida Teixeira.

O MPDFT homenageou, ainda, 61 Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça aposentados, que receberam a distinção, como reconhecimento formal pela dedicação e excelência dos serviços prestados à Instituição.



Os homenageados: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto; Procuradora-Geral de Justiça Militar, Adriana Lorandi; os Procuradores da República, Guilherme Zanina Schelb e Luiz Francisco de Souza; Jornalista Carlos Chagas; Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque (presidindo a solenidade); e o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence



Da esquerda para a direita: o representante do Promotor de Justiça aposentado Geraldo Torres e os Promotores de Justiça aposentados Anísio Teodoro, Edson Gomes Corrêa, Eduardo Galil e Heraldo Machado Pauperio



Os Procuradores de Justiça aposentados receberam a distinção como reconhecimento formal pela dedicação e excelência dos serviços prestados ao MPDFT



O Deputado Federal José Genoíno, ao receber o Colar do Mérito das mãos do Procurador-Geral. Ao fundo, o Procurador da República Luiz Francisco, também homenageado pelo Ministério Público



O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, no momento em que concedeu o Colar do Mérito ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Mário da Silva Velloso

O COLAR

Cruz floreada dourada, esmaltada de verde e amarelo ouro - alusão às colunas do Palácio da Alvorada, um dos símbolos de Brasília - circundadas por quatro espadas de ouro, sob as quais passam os braços de uma balança com correntes tripliques. As cores verde-amarelas traduzem a fidelidade aos Símbolos Nacionais. No centro, surge o emblema do Ministério Público, em seus esmaltes próprios e, no verso, a legenda: Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.



Margarida Maria Vieira Teixeira, Assessora das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPDFT recebeu o reconhecimento da Instituição



Da esquerda para a direita os doutores: Percílio de Souza Lima Neto, Maria Alice Hasselmann, Paulo Tavares Lemos, Rubens Tavares e Sousa, Wilzy Elias Queiroga, Zuleika Ávila de Rezende e José de Souza Antunes

PROCIDADÃ LEVA JUSTIÇA ÀS CIDADES DO DF



Cidadãos formam filas aguardando o atendimento da Procidadã

Com um trabalho voltado para o atendimento da população em sua própria localidade, a Procidadã, somente no segundo semestre deste ano, já levou o MPDFT a Brazlândia, Varjão, Guará, Planaltina, Candangolândia, Gama, Sobradinho e Ceilândia. O Promotor de Justiça Newton Valcarengi é recebido com expectativa por dezenas de pessoas que se aglomeram nos locais onde a Procidadã presta atendimento, orientando na resolução de conflitos em diversas áreas, como reconhecimento de paternidade, pensão alimentícia, familiares e contratos, além de questões de reparação de danos e criminais.

Em geral, os lugares que recebem a Procidadã apresentam estrutura mínima para o trabalho, mas a equipe do Ministério Público busca agilizar os atendimentos, dividindo-se e desburocratizando o serviço. "Esse é o pro-

cedimento ideal da Procidadã, que prima pela simplicidade e celeridade", explica Valcarengi. Ele atua em praticamente todas as fases do atendimento: da montagem das fichas, às orientações dadas pelos estagiários.

Após vários atendimentos por todo o DF, o trabalho da Procidadã é reconhecido pela população graças à resolução de casos como o de O.M.N., 51 anos, funcionário da Secretaria de Serviço Social. O servidor não possuía dinheiro para abrir conta corrente e formalizar a pensão alimentícia que paga para os dois filhos. Procurou a Procidadã que viabilizou o ofício, o qual permite a abertura de conta sem ônus. Caso resolvido.

Há situações em que as pessoas não possuem conhecimento de seus direitos ou deveres. É o caso de

M. S., que procurou a Procidadã buscando separação conjugal, alegando ser vítima de violência doméstica. Com 20 anos de idade, M. S. não tinha conhecimento da lei que regulamenta a concessão de separação. Neste caso seria necessário formalizar ocorrência policial, para provar que seu cônjuge assumia um comportamento que tornava insuportável a vida em comum. Sem podersolucionar diretamente o conflito, o Promotor informou M.S. como buscar a solução do problema e a orientou a pedir a regulamentação da pensão alimentícia do filho. "Apesar das dificuldades, nós tentamos oferecer atenção e cuidado às pessoas que nos procuram. Tentamos nos colocar no lugar delas", explica o Promotor de Justiça Newton Valcarengi. Para ele, poder auxiliar pessoas tão carentes de acesso à Justiça é mais importante aprendizado de seu trabalho.



Promotor Newton Valcarengi orienta os estagiários no atendimento ao público

HISTÓRICO DA PROCIDADÃ:

Criada em abril de 1997, a Procidadã consolida-se como o meio pelo qual o MPDFT chega às comunidades carentes do DF, onde, em geral, as pessoas têm dificuldades de acesso aos órgãos públicos e ao Poder Judiciário.

A cada mês, a Promotoria vai à duas cidades diferentes, sempre às terças e quintas-feiras. Para orientar as comunidades, o MPDFT elaborou *folder* com explicações detalhadas sobre as questões que podem ser tratadas pela Promotoria, o calendário anual e os endereços dos locais de atendimento.

O objetivo é resolver as situações, antes que se recorra à Justiça. Os acordos extrajudiciais elaborados e referendados pela Promotoria têm efetividade reconhecida pelo TJDF, com base no Código de Processo Civil, Art. 585, II e na Lei nº 9.099, de 26/09/95, Art. 57, § único. Segundo esse artigo, "valerá como título extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento escrito, referendado pelo órgão do Ministério Público". Quando as questões não podem ser solucionadas pela Procidadã ou em casos de impossibilidade de acordo, o Promotor de Justiça orienta e encaminha as partes aos órgãos competentes.

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

A PROCIDADÃ EM SUA CIDADE

VARJÃO, BRAZLÂNDIA, GUARÁ, PLANALTINA,
CANDANGOLÂNDIA, GAMA, SOBRADINHO E CEILÂNDIA

ORIENTA A COMUNIDADE E REALIZA ACÓRDOS A RESPEITO DE:

- CONFLITOS FAMILIARES
- RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE
- PENSÃO ALIMENTÍCIA
- QUEBRA DE CONTRATO
- REPARAÇÃO DE DANOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DE DEFESA DA COMUNIDADE - PROCIDADÃ

JUSTIÇA TERAPÊUTICA POSSIBILITA TRATAMENTO A USUÁRIOS DE DROGAS



Da esquerda para direita: Corregedor-Geral do TJ do RS, Desembargador Danúbio Franco; Secretário Nacional Antidrogas, General Alberto Cardoso; Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, e Corregedor-Geral de Justiça, Amarílio Tadeu

Um projeto de iniciativa do MPDFT está proporcionando a pessoas denunciadas por porte de droga para uso próprio ser encaminhadas para tratamento, em substituição à punição. Trata-se do Programa de Justiça Terapêutica, coordenado pela Promotoria de Entorpecentes e Contravenções Penais que recebe o apoio, para o atendimento aos denunciados, de psicólogos da Universidade Católica de Brasília e de grupos de mútua ajuda, como Narcóticos Anônimos (NA), Núcleo de Apoio

Toxicômanos e Alcoólicos (Nata) e o Grupo Amor Exigente.

O início do programa ocorreu após a realização da *II Capacitação Nacional de Justiça Terapêutica*, realizado pelo MPDFT, com o objetivo de formar profissionais das áreas do Direito e da Saúde para a abordagem e prevenção do uso de drogas. O tema atraiu 230 participantes, dentre Promotores, Juízes, Defensores Públicos, profissionais da área de saúde e representantes de entidades ligadas ao problema, que discutiram, além do tratamento aos usuários de entorpecentes, formas de compromisso dos operadores do Direito com esses jurisdicionados e suas famílias.

O projeto de Justiça Terapêutica teve iniciada sua aplicação em Porto Alegre; expandiu-se para o Rio de Janeiro e Recife e agora começa a ser colocado em prática no Distrito Federal.

A Justiça Terapêutica envolve acolhimento, entrevista, tratamento e, em segundo momento, a reinserção social do denunciado, mediante o aprimoramento

educacional e a qualificação profissional.

Segundo a Promotora de Justiça Maria Elda, "o encaminhamento dos denunciados para tratamento como condição para que o processo fique suspenso, conforme autoriza o § 2, do art. 89, da Lei 9099/95, é um verdadeiro trabalho de prevenção e conscientização dos malefícios causados pela droga, como também uma oportunidade para a efetiva recuperação daqueles que já apresentam um quadro instalado de dependência química".



Da esquerda para a direita: psicóloga da UCB, Eveline Ramos; estagiária Ana Fontes; psicóloga do Juizado Central Criminal, Marília Lobão; conselheiras do CONEN Promotoras de Justiça Maria Elda e Laura Beatriz; perita criminal Eunice Araújo e assistente social Márcia Bréa

REEDUCAÇÃO NO TRÂNSITO DO DF

Informações sobre prevenção de acidentes, orientações para ciclistas e procedimentos legais a serem tomados pelos envolvidos em acidentes de trânsito são os temas abordados pela Promotoria de Justiça de Delitos de Trânsito em cartilhas que visam à reeducação de motoristas, pedestres e ciclistas que transitam diariamente em Brasília.

Segundo a Promotora de Justiça Márcia da Rocha Cruz, as cartilhas esclarecem às vítimas do trânsito a indenização prevista pelo seguro obrigatório (DPVAT), que é pago todos os anos pelo contribuinte junto com o IPVA e destina quase 50% do valor arrecadado para reparações às vítimas e autores de acidentes de trânsito. "Outra inten-

ção da Promotoria é conscientizar os ciclistas da necessidade de respeitar regras do DETRAN e, conseqüentemente, diminuir os altos índices de morte desses atletas no trânsito", completa a Promotora Juliana Poggiali.

O lançamento das cartilhas foi prestigiado pelos atletas de Brasília Mariana Ohata e Alexandre Manzan e pelo presidente da Federação Metropolitana de Ciclismo, Afonso Maria Moreno Silva. As cartilhas estão sendo distribuídas para as regionais de ensino, hospitais, Polícia Militar e Promotorias de Justiça. Os interessados em receber o material deverão contatar a Promotoria de Delitos de Trânsito, no telefone 343.917/586.



Da esquerda para a direita: Comandante do CPTRAN, Cel. Tabosa; Diretor-Geral do MPDFT, Eduardo Sabo; Diretor-Geral do Detran, Cel. Almir Ribeiro; Comandante-Geral da PMDF, Ruy Sampaio; Promotora de Justiça Márcia Cruz; Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Andreilino Santos Filho; Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, e Promotora de Justiça Juliana Poggiali



Da esquerda para a direita: Promotoras de Justiça Márcia da Rocha Cruz e Jânio Antônio Coelho; triatletas Alexandre Manzan e Mariana Ohata e presidente da Federação Metropolitana de Ciclismo, Afonso Silva

CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM RITMO ACELERADO



Lançamento da obra da sede da Promotoria da Infância e Juventude, localizada na EQN 711/911 - lote B - entrada pela W5

Esquerda para a direita: Deputados da bancada federal do DF: Geraldo Magela (PT/DF), Alberto Fraga (PMDB), Agnelo Queiroz (PCdoB) e Osório Adriano (PFL). Ao centro, o Procurador-Geral, Eduardo Albuquerque



Concluída a etapa de fundação da obra da sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, começam a ser erguidos os pilares, vigas e a laje do edifício, cumprindo com rigor o cronograma de construção.

Durante o lançamento da obra da Sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque,

agradeceu aos parlamentares da Bancada do DF no Congresso Nacional, que apresentaram emendas ao orçamento de 2001, viabilizando, assim, a construção da obra que estava prevista no PPA para início em 2003.

Estiveram presentes à solenidade os deputados Agnelo Queiroz, Alberto Fraga, Geraldo Magela, Jorge Pinheiro, Maria Abadia, Osório Adriano, Pedro Celso e, representando o deputado Paulo Otávio, o seu assessor Roberto Eduardo Giffone. Também prestigiaram o evento os senadores Lauro Campos e Valmir Amaral, além de Adelson Cardoso, representando o ex-senador José Roberto Arruda.

Desde que foi criada, em 1990, a Promotoria da Infância ocupa salas cedidas pelo Tribunal de Justiça no prédio da Vara da Infância e da Juventude. Diariamente, a Promotoria recebe cerca de 120 pessoas, entre crianças e adolescentes, familiares, representantes da comunidade, ONGs, Conselhos de Direitos e outras entidades. De janeiro a outubro deste ano, a Promotoria já recebeu mais de 16 mil processos infracionais e cerca de 2.600 cíveis.

Além de atender às necessidades de maior espaço físico e de funcionalidade, a sede da Infância dedica atenção especial ao acesso dos portadores de deficiência física, que será facilitado por meio de rampas, banheiros adaptados e vagas específicas para automóveis.

COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO DO MPDFT



O Centro de Estudos Técnico-Jurídicos do MPDFT sistematizou, em uma só obra, Resoluções, Súmulas e Recomendações dos órgãos colegiados da Instituição, assim como o texto da respectiva Lei Complementar nº 75/93 e os dispositivos da Constituição Federal que tratam do Ministério Público.

O Procurador de Justiça Renato Sócrates Gomes Pinto, Vice-Coordenador do Centro, destaca a introdução do índice alfabético-remissivo, que facilitará a localização do assunto com rapidez.

Criado em maio deste ano pela Procuradoria-Geral do MPDFT para apoiar as atividades culturais e científicas, com o objetivo de elaborar projetos e programas de estudos e pesquisas na área jurídica de interesse dos Membros do MPDFT, o Centro de Estudos Técnico-Jurídicos já coordenou

o Curso de Conscientização em Mediação e Técnicas Alternativas de Resolução de Conflitos, tendo como palestrante o professor da Universidade de Buenos Aires Luís Alberto Warat.



Da esquerda para a direita: Diretor-Geral do MPDFT, Eduardo Sabo; Procuradora de Justiça Benis Queiroz; Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque; Promotora de Justiça Maércia de Mello; Vice-Procuradora Geral de Justiça, Nídia Corrêa Lima; Promotor de Justiça Adjunto Pedro Oto; Promotor de Justiça Rogério Schietti e Procurador de Justiça Renato Sócrates